



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 09/2021
Período: 27/03/2021 - 02/04/2021
GEDES – UNESP

- 1- General Pazuello foi reintegrado ao Exército
- 2- Em entrevista, general Paulo Sérgio preferiu não comentar a atuação de Pazuello no Ministério da Saúde
- 3- Almirante foi cotado para substituir Ernesto Araújo como novo ministro das Relações Exteriores
- 4- Forças Armadas articularam-se em negociações sobre instalação do 5G no Brasil
- 5- General Santos Cruz comentou sobre corrupção no Brasil
- 6- Demissão de Fernando Azevedo e Silva do Ministério da Defesa inaugurou crise entre governo e militares
- 7- Demissão de Azevedo e Silva aumentou rumores sobre aprofundamento da politização das Forças Armadas
- 8- Após Ministro da Defesa, comandantes das três forças foram demitidos
- 9- Ao nomear novos comandantes das Forças Armadas, Bolsonaro optou por diálogo e evitou escalada da crise
- 10- Nomeação do general Paulo Sérgio para comando do Exército privilegiou critério de antiguidade
- 11- Ministro Braga Netto foi chamado a explicar gasto das Forças Armadas com picanha e cerveja
- 12- Ordem do Dia é alterada para celebrar o Golpe de 1964
- 13- Vice-presidente da República tomou primeira dose da Coronavac

1- General Pazuello foi reintegrado ao Exército

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o general Eduardo Pazuello foi reincorporado ao Exército após ser demitido do cargo de ministro da Saúde. Além dele, também foi publicada no Diário Oficial da União a exoneração do coronel do Exército Elcio Franco, que ocupava a secretaria executiva do mesmo Ministério. De acordo com a *Folha*, não havia previsão de um novo cargo para o general, cujo regresso às Forças Armadas foi visto com receio por outros integrantes da cúpula militar, que avaliavam que "o Exército já havia sofrido desgaste demais com a presença de um militar da ativa no comando da Saúde no momento mais crítico da pandemia". Em coluna para a *Folha*, a jornalista Cristina Serra criticou a atuação de Pazuello no combate à pandemia, pontuando que o general assumiu o Ministério da Saúde quando o país contabilizava 15 mil

mortos e “deixou o cargo, dez meses depois, com mais de 300 mil cadáveres nas costas”. Afirmou ainda que sua passagem contaminou a imagem do Exército e dos militares que assumiram cargos no governo federal, e que pistas para entender essa volta das Forças Armadas ao cenário político podem ser encontradas no artigo do coronel da reserva Marcelo Pimentel no livro “Os Militares e a Crise Brasileira”, organizado por João Roberto Martins Filho”. A jornalista tratou do conceito de “Partido Militar”, cujas características Pimentel descreve como uma autoimagem “salvacionista”, de fundo ideológico antiesquerda e pauta corporativa. Serra reafirmou a análise de Pimentel sobre essa atuação como um risco à consolidação do Estado democrático de direito e de “efeito nocivo de longo prazo sobre a jovem oficialidade, polícias militares e órgãos de segurança pública”. (Folha de S. Paulo - Opinião - 27/03/21; Folha de S. Paulo - Poder - 27/03/21)

2- Em entrevista, general Paulo Sérgio preferiu não comentar a atuação de Pazuello no Ministério da Saúde

O periódico *Correio Braziliense* entrevistou o general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, então Chefe do Departamento-Geral de Pessoal e autoridade máxima de saúde no Exército, que afirmou que preferia não tecer comentários sobre a gestão do general Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde. Paulo Sérgio apenas mencionou que acreditava que Pazuello estaria cumprindo a missão que o presidente da República, Jair Bolsonaro, teria delegado a ele. Por outro lado, ao ser questionado sobre a utilização de medicamentos sem eficácia comprovada no combate à covid-19, o general Paulo Sérgio afirmou que a decisão caberia ao médico, paciente e à família. No que se refere ao enfrentamento da covid-19 no contingente do Exército, o general Paulo Sérgio declarou que tem alocado oxigênio e equipamentos médicos para organizações militares de Saúde do Exército, destacando que não faltou oxigênio em nenhum hospital do Exército. O *Correio* destacou, na entrevista do general, que “o Exército mantém uma taxa de mortalidade pela doença de 0,13%, bem abaixo do índice de 2,5% registrado na população em geral do país. A receita é uma política totalmente oposta à adotada pelo governo federal”. (*Correio Braziliense* – Política – 28/03/21)

3- Almirante foi cotado para substituir Ernesto Araújo como novo ministro das Relações Exteriores

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, atritos entre o então o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Henrique Fraga Araújo, e a senadora e presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Credn) do Senado Federal, Kátia Regina de Abreu, desencadearam uma série de críticas a Araújo – de congressistas a empresários – que tornaram a permanência do ministro na pasta insustentável. Segundo o jornal, em 28/03/2021, um dia antes de Araújo entregar sua carta de demissão, o presidente da República, Jair Bolsonaro, visitou o então ministro da Casa Civil, general Walter Souza Braga Netto, para discutir “a situação delicada do chanceler”. Ademais, a *Folha* completou que em 27/03/2021, interlocutores do presidente questionaram a parlamentares sobre possíveis substitutos para Araújo. Entre os nomes favoritos, destacava-se o almirante Flavio Rocha, da Marinha. No entanto, o *Estado* destacou que tal

possibilidade “estremeceu” ainda mais as relações entre o presidente e os comandantes das Forças Armadas, que já não se sentiam confortáveis com a presença de Rocha no Planalto, e menos ainda no comando da política externa brasileira. O periódico destacou que a postura da Marinha foi incisiva: “se Rocha quisesse assumir o cargo, teria de, automaticamente, passar para a reserva, o que ele não pretende fazer”. Por fim, isso não se concretizou e o diplomata Carlos Alberto França foi confirmado como novo titular da pasta. (Folha de S. Paulo - Mundo - 29/03/21; O Estado de S. Paulo - Política - 30/03/21)

4- Forças Armadas articularam-se em negociações sobre instalação do 5G no Brasil

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o edital do leilão para decidir sobre a implementação da tecnologia 5G no Brasil divulgado pelo Ministério das Comunicações estaria formatado para atender investimentos em setores aliados do presidente Jair Bolsonaro, entre os quais estão os militares. O grupo que ganhar o leilão - que está programado para até julho de 2021 - receberá do governo federal políticas públicas e privilégios para expandir a internet em banda larga móvel por todo o país, com investimentos estimados em torno de R\$32 bilhões. O jornal noticiou que os militares conseguiram compromissos para melhorar a rede de fibra óptica da região amazônica, visando a facilitação das redes de comunicação das forças armadas numa região que sofre com condições geográficas e climáticas desfavoráveis. Segundo o Ministério das Comunicações, os incentivos fornecidos foram a saída para resolver tais dificuldades e reanimar o Programa Amazônia Integrada e Sustentável (Pais). Para tal, será aplicado R\$1 bilhão na construção de uma rede conectará 59 municípios da região amazônica, com especial interligação das cidades de Manaus e Tefé, áreas consideradas estratégicas pelo Exército e Ministério da Defesa. Ao todo, sete infovias serão instaladas no leito do Amazonas e afluentes, totalizando assim 10 mil quilômetros de cabos. Ademais, a *Folha* informou que outro pleito mais polêmico da ala militar é a construção de uma rede privativa para o governo federal, sem equipamentos fabricados pela empresa chinesa Huawei e com capacidade para discriminar o tráfego de dados. Tal proposta está estimada em ao menos R\$1 bilhão e é controversa entre as operadoras, visto que elas teriam que financiar uma rede que seria operada por uma concorrente, a Telebras - empresa estatal que atualmente emprega diversos militares. (Folha de S. Paulo - Mercado - 29/03/21)

5- General Santos Cruz comentou sobre corrupção no Brasil

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 27/03/2021, em evento organizado pelo grupo “parlatório”, diversas figuras de destaque da política brasileira discutiram o tema “Brasil contra a corrupção”, entre elas estavam o ex-ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, general Carlos Alberto dos Santos Cruz. Em sua fala, o general utilizou a metáfora de que a corrupção é o “câncer” do país, que estaria em fase de “metástase” e que esse mal impede a “evolução política”. Por fim, pediu “atenção especial” para combatê-la, já que a corrupção pode invadir “alguns dos sistemas que seriam de prevenção”. (O Estado de S. Paulo - Política - 29/03/21)

6- Demissão de Fernando Azevedo e Silva do Ministério da Defesa inaugurou crise entre governo e militares

Conforme noticiaram os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, demitiu o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, e nomeou o general Walter Braga Netto, então chefe da Casa Civil, para a pasta. *O Estado* destacou que a reunião com Azevedo e Silva durou três minutos e em “tom seco” o presidente Jair Bolsonaro declarou: “preciso do seu cargo”, oferecendo-lhe um “cargo de consolação”, rejeitado pelo general. Embora a notícia da demissão tenha ocorrido num dia de inéditas seis alterações ministeriais, dentre as quais a do chanceler Ernesto Araújo, a mudança na Defesa foi a que mais causou preocupações e inquietações entre a sociedade, o Parlamento, o Judiciário e as Forças Armadas. De acordo com a *Folha*, tal decisão tem a ver com o desejo de Bolsonaro de aventar “mais apoio militar”. Os jornais apontaram que a demissão provocou uma “crise militar” e ocorreu num contexto de instabilidade política para o presidente Jair Bolsonaro, o qual vem tentando se aproximar de políticos do “centrão” e, ao mesmo tempo, aparelhar instituições estatais coercitivas cujas lideranças apresentem alguma ameaça ou resistência opositora, no que o jornalista Luiz Carlos Azevedo classificou em coluna ao *Correio* como a formação de um “gabinete armado para o confronto”. Nesta linha, a *Folha* pontuou que a possibilidade de candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022 e sua tentativa de aproximação do centrão se insere neste contexto de reformatação ministerial. Embora a demissão de Azevedo e Silva tenha surpreendido o alto comando das Forças Armadas, os periódicos apontaram que o general já desconfiava dessa possibilidade desde as tentativas de Bolsonaro de instrumentalizar as Forças Armadas por seu governo. Particularmente importante neste processo foi a deterioração da relação entre o presidente e o comandante do Exército, Edson Leal Pujol, diante a recusa deste aos intentos de Bolsonaro de politizar e instrumentalizar o Exército no embate com governadores e prefeitos sobre medidas de combate à pandemia de covid-19 quando, em mais de uma ocasião, o presidente se referiu à instituição como “meu exército”, contrariando-se à possibilidade de *lockdown*. O *Correio* apontou que Bolsonaro já a algum tempo pretendia retirar Pujol do comando do Exército –algo considerado grave entre os militares quando ocorre antes do prazo de dois anos– e buscava “provas da lealdade das Forças Armadas”. Segundo os jornais, a “gota d’água” para a demissão do ministro, no entanto, foi a entrevista dada ao *Correio* pelo general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, chefe do Departamento-Geral de Pessoal do Exército (ver resumo 2), cujo teor era o enfrentamento à pandemia e de que modo a condução dada por ele dentro do Exército, oposta à de Bolsonaro, teve mais eficácia e menor taxa de mortalidade ao seguir medidas de isolamento e distanciamento social, máscaras, trabalho remoto e os protocolos farmacológicos da Organização Mundial da Saúde. Bolsonaro entendia que o general Paulo Sérgio deveria ser repreendido em razão da entrevista. Os periódicos pontuaram a existência de um descontentamento com o presidente Bolsonaro por parte de militares da ativa, sobretudo pela exposição política a que vinham se submetendo nos últimos meses, que resultou em danos à imagem da instituição. Dentre elas, os jornais lembraram quando Azevedo e Silva sobrevoou de helicóptero uma manifestação pró golpista ao lado de Bolsonaro; quando junto ao general Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), emitiu uma nota atentando para “consequências

imprevisíveis” caso o celular do presidente fosse apreendido em investigação da Polícia Federal; quando Bolsonaro rejeitou um estudo apresentado pelas Forças Armadas que apontava para a eficácia do isolamento social na pandemia; e a mais simbólica destas, a desastrosa atuação do general da ativa Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde e a tentativa de colocá-lo como “bode expiatório” diante do número crescente de casos e mortes. *O Estado* apontou também como divergência o fato de Bolsonaro ter anulado três portarias editadas pelo Exército referentes ao controle e rastreamento de armas e munições de civis, sem ouvir os militares. (Correio Braziliense - Política - 30/03/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 30/03/21; Folha de S. Paulo - Poder - 30/03/21; O Estado de S. Paulo - Poder - 30/03/21)

7- Demissão de Azevedo e Silva aumentou rumores sobre aprofundamento da politização das Forças Armadas

O periódico *Folha de S. Paulo* destacou o simbolismo da demissão de Fernando Azevedo e Silva do Ministério da Defesa ter ocorrido justamente na semana em que se rememora o golpe de 1964 que instaurou a ditadura civil militar no país, considerando a existência de “rumores” de que, neste ano, o presidente Jair Bolsonaro esperava uma nota com teor mais incisivo por parte da Defesa, o que não seria o perfil de Azevedo, conhecido por uma postura mais “conciliadora”. Em razão desta característica, a *Folha*, o *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* apontaram a preocupação entre ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) com a demissão, já que Azevedo costumava ser “pivô entre Judiciário, governo e militares”. Mencionaram que o general possuía boa relação com a Corte, tendo trabalhado no gabinete do ministro Dias Toffoli antes de assumir a Defesa e mantinha “boa relação” com o presidente do STF, Luiz Fux. Neste sentido, apontaram que em mais de uma ocasião de ameaça de golpe, o próprio Azevedo acalmava o Supremo “nos bastidores” rechaçando esta possibilidade, o que aconteceu inclusive após sua demissão, ao indicar que seguia como general e que as Forças Armadas estão comprometidas com a “democracia e a Constituição”. À *Folha*, o jornalista Igor Gielow destacou que a tensão entre militares e Bolsonaro teria sido “arrefecida” pelos ganhos que as Forças Armadas obtiveram sob a gestão de Azevedo em questões previdenciárias, de cargos, soldos e investimentos, mas que sua missão de “equalizar” as tensões com o presidente não foi bem-sucedida. Para a jornalista Eliane Cantanhêde, em coluna ao *Estado*, o desligamento do general representa um “basta” das Forças Armadas ao “desgoverno (...), delírios ideológicos e ameaças golpistas, (...) e de afundar o Brasil no cenário internacional”. A jornalista concordou com Gielow sobre os ganhos especialmente do Exército na gestão de Bolsonaro, mas declarou que o “bônus não compensa o ônus” de imagem. Este afastamento da imagem do presidente já era notório entre os comandos da Marinha e da Aeronáutica, destacou Cantanhêde. Para ela, o que é evidente é que Braga Netto encontrará um Ministério da Defesa altamente politizado, mas ainda não está evidente se assumirá o “jogo sujo” recusado por Azevedo. Os três periódicos deram destaque à nota emitida por Azevedo e Silva após sua demissão, em que agradeceu aos integrantes das três forças, declarou ter sido leal ao presidente e enfatizou que nos dois anos de seu mandato buscou preservar as “Forças Armadas como instituições de Estado”, sentença esta que, para os jornais, é indicativo das discordâncias entre presidente e general sobre

a instrumentalização das Forças Armadas pelo governo. Apesar disso, destacaram que 10 dos 23 atuais ministros são militares. Braga Netto, então titular da Casa Civil, foi substituído pelo também general da reserva Luiz Eduardo Ramos, que chefiava a Secretaria de Governo. Já o *Estado* noticiou que Braga Netto entrará em contato com os ministros do STF para tentar uma aproximação com a corte, após o presidente Jair Bolsonaro ter dito que não deseja mais confrontos com a mesma. Apesar disso, o jornal rememorou que um dos motivos da recente crise entre o alto comando das Forças Armadas e o presidente foi justamente a recusa do primeiro em defendê-lo em seus conflitos com o STF e os governadores. (Correio Braziliense - Política - 30/03/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 30/03/21; Folha de S. Paulo - Poder - 30/03/21; O Estado de S. Paulo - Poder - 30/03/21; O Estado de S. Paulo - Política - 02/04/21)

8- Após Ministro da Defesa, comandantes das três forças foram demitidos

Os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram que, após a demissão do Ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica foram desligados de seus postos em primeira reunião com o general Walter Braga Netto, substituto de Azevedo. Segundo os periódicos, a demissão do comandante do Exército, Edson Leal Pujol, já era esperada em razão de divergências com o presidente Jair Bolsonaro quanto à politização da instituição. Conforme os jornais, a demissão não teria ocorrido até então por resistência do general Azevedo e Silva em fazê-lo. Os desligamentos dos comandantes da Aeronáutica e da Marinha, brigadeiro Antonio Carlos Moretti Bermudez e almirante Ilques Barbosa Júnior, respectivamente, eram esperados em solidariedade a Azevedo. Para um general entrevistado pelo *Correio*, o episódio inédito descartou a possibilidade de politização das Forças: “A avaliação é de que os generais devem deixar o recado claro ao governo de que nenhuma das três Forças vai apoiar ou se aventurar em medidas autoritárias e que as intenções do presidente não terão sucesso, caso ele insista”. Segundo a *Folha*, aliados de Bolsonaro no Congresso Nacional justificaram que as trocas do ministro da Defesa e dos três comandantes são naturais em qualquer governo e não ameaçam a democracia ou as instituições de Defesa. “Todo governo fez uma reavaliação após dois anos. É natural que ocorra numa pandemia, quando o governo tem que dar respostas rápidas e oportunas. O presidente tem a prerrogativa de fazer as trocas”, disse o deputado major Vitor Hugo, líder do PSL na Câmara dos Deputados. Para a *Folha*, Bolsonaro não entende o papel das Forças Armadas em uma democracia, e a demissão dos três comandantes evidencia “sua fraqueza quando tenta mostrar força além da conferida e limitada pela Constituição”. Ruy Castro, colunista da *Folha*, afirmou que o plano de Bolsonaro é “pazuellar” as Forças, ou seja, repetir com a instituição as humilhações, desacatos, afrontas e tentativas de controle vividas pelo ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e lembrou momentos em que o presidente invocou “meu exército” para sustentar discursos. Por sua vez, William Waack, em coluna para *O Estado de S. Paulo*, destacou que as demissões do ministro da Defesa e dos comandantes das Forças Armadas destruíram o resto do respeito que os oficiais superiores tinham pelo presidente Jair Bolsonaro, pois não concordaram com a tentativa de politização das Forças Armadas pelo Executivo. Ademais, Waack afirmou que “se em algum momento Bolsonaro

acreditou que tinha um Exército para chamar de 'seu', só um bom psiquiatra conseguiria explicar essa visão de mundo, pois, a partir da realidade dos fatos, o presidente jamais poderia ter feito essa afirmação". O *Estado* também relatou que a intervenção do presidente Bolsonaro na cúpula das Forças Armadas elevou os ânimos nos quartéis. No intervalo entre a demissão e o anúncio dos novos comandantes, os oficiais-generais agiram em seus próprios quartéis para acalmar a tropa, como aconteceu em Boa Vista (Roraima), onde o comandante da Operação Acolhida, o general de divisão Antônio Manoel de Barros, fez um discurso para o contingente afirmando que compreendia que muitos poderiam estar "chateados" com a demissão dos comandantes, mas reforçou o papel das Forças Armadas como instituições de Estado que seguem o seu dever constitucional. (Correio Braziliense - Política - 30/03/21; Correio Braziliense - Política - 31/03/21; Folha de S. Paulo - Poder - 30/03/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 31/03/21; Folha de S. Paulo - Poder - 31/03/21; O Estado de S. Paulo - Poder - 30/03/21; O Estado de S. Paulo - Política - 01/04/21; O Estado de S. Paulo - Política - 02/04/21)

9- Ao nomear novos comandantes das Forças Armadas, Bolsonaro optou por diálogo e evitou escalada da crise

Conforme os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente Jair Bolsonaro evitou uma escalada na pior crise militar desde 1977 com a nomeação dos novos oficiais-generais para o comando das Forças Armadas, pois respeitou os critérios de antiguidade. O general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, que dirigia o Departamento-Geral de Logística (DGP) do Exército, será o novo comandante da Força, substituindo o general Edson Leal Pujol, e a sua escolha foi o meio encontrado pelo Executivo para aliviar a tensão entre o governo federal e a caserna, após a demissão do general Fernando Azevedo e Silva do cargo de ministro da Defesa. Por sua vez, o novo comandante da Marinha será o almirante Almir Garnier dos Santos, ao passo que o comando da Força Aérea passa a ser do tenente-brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior. Segundo editorial do *Correio*, o presidente Bolsonaro acatou a recomendação dos militares para uma transição tranquila nos comandos das três Forças; e também destacou a nomeação do general Paulo Sérgio, já que este em entrevista ao *Correio* no dia 28/03/2021, defendeu o distanciamento social como medida utilizada para controlar as infecções pelo novo coronavírus no Exército, o que vai na contramão da narrativa construída pelo Planalto ao longo da pandemia. Por fim, durante a apresentação dos novos comandantes no dia 31/03/2021, o ministro da Defesa, general Braga Netto, leu uma declaração afirmando que "os militares não faltaram no passado e não faltarão sempre que o país precisar", e complementou que as Forças Armadas "se mantêm fiéis às suas missões constitucionais de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais e as liberdades democráticas". Eliane Cantanhêde, em coluna para o *Estado*, comentou que "Bolsonaro cultiva o mandonismo, exige subserviência e vê inimigos por toda a parte. Até entre os militares que lhe são tão convenientes", e que os dois anos de mandato confirmaram que quem manda de fato no governo é o presidente Jair Bolsonaro, e não os militares como se especulou em seu início. Segundo Cantanhêde, a demissão dos chefes das três Forças foi "ótima para os demitidos e para as Forças Armadas", pois estabeleceu firmemente que elas são instituições de Estado, comprometidas

com os seus deveres constitucionais. Ao mesmo tempo, a colunista avaliou que a crise militar foi péssima para Jair Bolsonaro, por não poder mais utilizar o Exército para ameaçar a democracia e as suas instituições. Seguindo uma linha de pensamento parecida, o general da reserva Francisco Mamede de Brito Filho comentou para a *Folha* que as demissões de Azevedo e Silva e dos comandantes militares foram sinais de falta de respeito por parte de Jair Bolsonaro, e que ao tentar se aproximar o presidente acabou se distanciando dos militares. Ademais, o general da reserva considera que não há chance alguma do Exército embarcar em eventuais manobras autoritárias, e o recado deixado pelos militares demitidos confirma isso. Segundo o militar, sua geração de colegas foi forjada com o compromisso de se afastar da política e de profissionalizar as Forças Armadas, e está claro que as instituições são “fortes o suficiente para administrarem o governo democrático que foi estabelecido”. De acordo o *Correio*, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Onyx Lorenzoni, também comentou a crise ocorrida entre os militares e o governo. Para ele, a maior crise do tipo em quase 50 anos “ocorreu com a menor tensão possível”, devido à lealdade dos comandantes da Marinha, da Aeronáutica e do Exército ao general Fernando Azevedo e Silva. Além disso, para Onyx a troca do alto comando militar foi consequência natural da nomeação do general Walter Braga Netto para o Ministério da Defesa, porquanto é plausível ele ter liberdade de “estruturar o comando das Forças de acordo com a sua opinião, a sua visão”. O *Correio Braziliense* também ressaltou a análise feita pelo doutor em direito penal e econômico, professor Conrado Gontijo, de que a tentativa de politização das Forças Armadas por Bolsonaro poderia ser caracterizada como crime de responsabilidade e eventualmente resultar em um processo de impeachment. O professor ressaltou que as Forças Armadas “têm papel constitucional de servir ao Estado brasileiro, não a qualquer interesse político circunstancial”. (*Correio Braziliense – Política – 01/04/21; Correio Braziliense – Opinião – 01/04/21; Correio Braziliense - Política - 02/04/21; Folha de S. Paulo – Poder – 01/04/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 02/04/21; O Estado de S. Paulo – Política – 01/04/21; O Estado de S. Paulo - Política - 02/04/21*)

10- Nomeação do general Paulo Sérgio para comando do Exército privilegiou critério de antiguidade

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o caminho para se chegar ao posto de general-de-exército (quatro estrelas) pode levar décadas e depende de vários fatores, já que as promoções são determinadas por critérios de antiguidade, mérito, escolha específica e bravura (caso o país se encontre em tempos de guerra). Uma vez no quadro de oficiais-generais, o militar pode ficar no máximo 12 anos em cada nível, entretanto, se for promovido com regularidade, como no caso do general Fernando Azevedo e Silva, o prazo passa a ser em média de quatro anos. Assim, quando se abre uma vaga de quatro estrelas, geralmente esta passa a ser disputada por generais de três estrelas, dando prioridade ao militar da turma mais antiga. Dessa maneira, a *Folha* ressaltou que caso indicasse o general Marco Antônio Freire Gomes para assumir o comando do Exército, após a saída de Edson Leal Pujol, o presidente Jair Bolsonaro estaria interferindo no princípio de antiguidade, uma vez que Gomes é o sexto na cadeia de comando da Força, e acentuaria a tensão entre o Planalto e o Exército. Assim,

o presidente mudou sua posição, com a indicação do general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, terceiro na hierarquia. (Folha de S. Paulo – Poder – 01/04/21)

11- Ministro Braga Netto foi chamado a explicar gasto das Forças Armadas com picanha e cerveja

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o novo ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, foi convocado, por meio de um requerimento do deputado Elias Vaz, para explicar à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados a compra de picanha e cerveja pelas Forças Armadas. Inicialmente, o requerimento era destinado ao ex-ministro Fernando Azevedo e Silva, mas o seu nome foi suprimido com a nomeação de Braga Netto ao Ministério da Defesa. A *Folha* destacou que a intenção do deputado é que o ministro possa esclarecer os gastos das Forças Armadas, uma vez que houve indícios de superfaturamento. Ademais, Braga Netto também foi convidado a participar de uma audiência pública na Comissão de Relações Exteriores da Câmara pelo presidente da mesma, o deputado Aécio Neves, visando debater em conjunto as questões referentes à pasta da Defesa. (Folha de S. Paulo – Poder – 01/04/21)

12- Ordem do Dia é alterada para celebrar o Golpe de 1964

Conforme os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, uma das primeiras ações do general Braga Netto à frente do Ministério da Defesa foi mudar o texto da ordem do dia alusiva ao Golpe Civil-Militar de 1964 que havia sido escrito pelo ex-ministro, Fernando Azevedo e Silva, celebrando o golpe como um marco histórico, o que não estava contido na primeira versão. Além do mais, no novo texto exaltou a ditadura como um pedido do povo, “os brasileiros perceberam a emergência e se movimentaram nas ruas, com amplo apoio da imprensa, de lideranças políticas, das igrejas, do segmento empresarial, de diversos setores da sociedade organizada e das Forças Armadas, interrompendo a escalada conflitiva, resultando no chamado movimento de 31 de março de 1964”. Na contramão do governo federal, alguns ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) criticaram o tom festivo em relação à data, com destaque para Gilmar Mendes, que postou em suas redes sociais que “o dia 31/03 não comporta a exaltação de um golpe que lançou o país em anos de uma ditadura violenta e autoritária. Ao contrário: é momento de exaltar o valor da nossa democracia conquistada com suor e sangue. Viva o Estado de direito”. De acordo a *Folha* e o *Estado de S. Paulo*, as capitais brasileiras foram marcadas no dia 31/03/2021 por atos que celebravam o Golpe de 1964, ao passo que pediam uma nova intervenção militar no Brasil, entretanto, com o presidente Jair Bolsonaro no poder. Em São Paulo, por exemplo, a manifestação ocorreu em frente ao Comando Militar do Sudeste, e além dos pedidos de intervenção, os manifestantes gritavam palavras de ordem contra o comunismo, e muitos outros questionavam a eficácia das vacinas contra a covid-19 e defendiam o uso de medicamentos para o tratamento da doença, como ivermectina e hidroxiquina. A *Folha* ressaltou que o artigo 22 da Lei de Segurança Nacional qualifica como crime “fazer, em público, propaganda de processos violentos ou ilegais para alteração da ordem política ou social”, já o artigo 23 da

mesma lei, destaca que também é crime "incitar à subversão da ordem política ou social, à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis", podendo gerar pena de um a quatro anos de detenção. A *Folha* também relatou a opinião do general da reserva Francisco Mamede de Brito Filho sobre o ato de Braga Netto. O general da reserva considerou inoportuna a defesa do golpe militar de 1964 por parte do governo, por reabrir "feridas que estão cicatrizando" e advogar por um evento que dividiu a sociedade brasileira. Para Francisco Mamede, "não era o momento adequado para se fazer referências, redigir notas, fazer manifestações em público sobre o que aconteceu no período." (Correio Braziliense – Política – 01/04/21; Folha de S. Paulo – Poder – 01/04/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 02/04/21; O Estado de S. Paulo – Política – 01/04/21)

13- Vice-presidente da República tomou primeira dose da Coronavac

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, foi vacinado aos 67 anos de idade em 29/03/2021 com a primeira dose da Coronavac, imunizante contra o coronavírus. Mourão declarou em suas redes sociais que fez sua "parte como cidadão consciente" e espera que "o maior número possível de vacinas chegue à população brasileira". O general Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) também tomou a primeira dose da vacina aos 73 anos no dia 18/03/2021. (Folha de S. Paulo - Poder - 30/03/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Muniz Fernandes (Redator, graduando em Relações Internacionais); Jonas de Paula Vieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Lisa Barbosa (mestranda em Relações Internacionais); Leonardo Pontes Vinho (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais).